

# CAMPUS

# 3.600 €

Propina da parte escolar do novo  
mestrado em Gestão Comercial da FEP.

PROJECTO-LEI

## PSD propõe menos Estado na gestão do ensino superior

Finanças das instituições menos dependentes das autorizações do Governo

**Carlos Filipe Mendonça**  
carlosmendonca@mediafin.pt

Flexibilizar a gestão em todos os domínios para responsabilizar as universidades e politécnicos pelos seus próprios resultados. É esta a ideia-chave do projecto-lei do PSD sobre o novo regime de autonomia para as instituições de ensino superior que chega esta semana ao Parlamento. A proposta é apresentada como fracturante e o coordenador social-democrata para a área da Educação, Pedro Duarte, sustenta-a com a necessidade de erguer "um Estado menos centralizador e menos interventivo".

Se "a proposta laranja" for aprovada, o que se afigura pouco provável tendo em conta a distribuição parlamentar, cada instituição do ensino superior vai poder definir a sua estrutura orgânica, um modelo de gestão próprio e um reitor ou presidente que pode nem ser professor. Além disso, vai ter liberdade para "arrendar directamente edifícios", utilizar os saldos de gerência sem autorização do Governo e celebrar alguns contratos que ficam isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

O princípio é o mesmo: "Para se pedir resultados às instituições e responsabilizá-las, é necessário flexibilizar os instrumentos de gestão", explica Pedro Duarte. O deputado do PSD defende não fazer sentido que, por exemplo, para arrendar um espaço, "seja preciso pedir autorização ao ministro, director-geral e esperar por pareceres". A desburocratização administrativa passa assim para o centro das prioridades na gestão das universidades e dos politécnicos.

Mas não há regra que não implique excepção. Os sociais-democratas

impõem às instituições públicas, apesar do princípio da liberdade de escolha do modelo de gestão, a criação de "um órgão colegial", responsável pelo seu desenvolvimento estratégico, que seja "maioritariamente composto por membros externos à instituição, representativos do meio cultural, científico, económico e social". A ideia de abertura à sociedade civil não é nova e também estrutura a proposta social-democrata para o novo regime de gestão e autonomia do ensino pré-escolar, básico e secundário, já apresentada.

Diagnosticando outro dos problemas do Ensino Superior em Portugal – a falta de "definição estratégica" –, os sociais-democratas querem acabar com aquilo que denominam de lógica "curto-prazo". Pedro Duarte critica a prática das instituições "abrirem e fecharem cursos e vagas sem que isso corresponda a uma opção estratégica definida. Para fazer face a isso, o projecto consagra a obrigatoriedade da apresentação de "planos de desenvolvimento plurianuais", onde devem estar previstas, entre outras coisas, as previsões de frequência dos cursos, o planeamento dos investimentos ou as propostas para alterações curriculares. A somar a esta exigência, o PSD quer que as instituições estatais também apresentem, anualmente, um "relatório anual das actividades", onde constará uma "análise da gestão administrativa e financeira".

Para o problema do financiamento, os sociais-democratas têm outra solução: as dotações do Orçamento do Estado devem passar a ter em conta a "qualidade do ensino ministrado". Ainda assim, Pedro Duarte admite que a concretização dessa sugestão está dependente "da introdução de critérios de avaliação das instituições que sejam claros".



Universidades e politécnicos | PSD quer "porta aberta" à sociedade civil.

### BLOCO DE NOTAS

#### O que diz a proposta social-democrata

- **Liberdade na escolha do modelo de gestão e estrutura orgânica.** Cada universidade ou politécnico terá liberdade para escolher como se organiza e gere os vários domínios.

- **Docentes perdem exclusividade para liderar as instituições.** O direito a ocupar o lugar de reitor ou presidente será alargado a qualquer pessoa de "reconhecido mérito".

- **Estratégia das universidades e politécnicos definida "de fora".** Membros do meio cultural, científico, económico e social vão assumir maioria no órgão colegial que define a estratégia da instituição.

- **Planos de desenvolvimento plurianuais obrigatórios.** Instituições terão de deixar claro no plano plurianual algumas questões como: as perspectivas de evolução do número de alunos, as propostas de criação ou extinção de cursos, ou o planeamento financeiro.

- **Arrendamento de edifícios deixa de estar dependente do Governo.** As instituições estatais vão poder arrendar directamente edifícios indispensáveis ao seu funcionamento sem estarem dependentes de autorização da tutela.

- **Contratos ficam livres de fiscalização prévia pelo TC.** Até ao limite de 1.000 vezes o valor correspondente ao índice 100 do regime geral da função pública, os contratos celebrados pelas universidades e politécnicos vão estar isentos da fiscalização do Tribunal de Contas.

- **Utilização dos saldos de gerência livre de autorização da tutela** O aproveitamento dos saldos de gerência provenientes de dotações transferidas do Orçamento do Estado não estará sujeito à autorização do Governo.

### LIBERDADE NÃO É CONSENSUAL

➔ "Há dois aspectos muito positivos na proposta: confere uma grande liberdade às instituições, que podem elaborar os respectivos estatutos sem condicionamentos; por outro lado, aproxima muito mais a gestão dos politécnicos e a das universidades, o que também é bom", defende Alberto Amaral, especialista em matérias do ensino superior e membro do secretariado técnico nacional en-

volvido na avaliação internacional do ensino superior. "Ainda assim, há um aspecto que considero negativo: na generalidade, há muito pouco em termos de matérias de qualidade, investigação científica e internacionalização", acrescenta, ao vincar as primeiras impressões do documento. "No essencial, o texto é um 'upgrade' da lei anterior, exceptuando as menções que fiz", conclui Alberto Amaral. Já o rei-

tor da Universidade do Minho, Guimarães Rodrigues, tem uma leitura diferente da "liberdade". "Entendo que o reitor deve ser um professor da instituição e não um gestor externo. Vejo esta questão com alguma apreensão", afirma. "De qualquer forma, considero que é prematuro falar destas questões enquanto a comissão da OCDE não apresentar as primeiras conclusões da avaliação do sistema", sustenta.